

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## “SE O JORNAL O DIA DISSE A NOTÍCIA EXISTE”: A ATUAÇÃO DA IMPrensa PIAUIENSE NO REGIME MILITAR (ANOS 1960)

Isabela Sousa Moura<sup>1</sup>

No Piauí, a exemplo do que ocorria no restante do Brasil, uma parcela da imprensa escrita assumiu protagonismo inegável no Golpe de 1964 e na manutenção da Ditadura. Desta forma, a presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre o papel desempenhado pelo jornal O Dia (PI) na produção de discursos acerca dos temas democracia e autoritarismo nos anos 1960, buscando analisar as narrativas pautadas nos consentimentos e atritos em relação à Ditadura, pois o noticiário é um importante instrumento de produção de memória e foi atuante na manutenção do Regime Militar no Estado do Piauí. Além disso, destaca-se como uma fonte importante para a problematização sobre a cultura política, um dos campos da história capaz de refletir e compreender as motivações dos atos humanos no que diz respeito aos fenômenos políticos referenciados pelas representações da sociedade.

**Palavras-chave:** História. Jornal O Dia. Regime Militar.

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí, e mestranda em História do Brasil no PPGHB/UFPI.  
E-mail: isabelasousam18@gmail.com

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Introdução

As relações entre a imprensa no Brasil e a Ditadura Militar revelam documentos fecundos para a compreensão do período, tornando-se indispensável para os questionamentos sobre as tramas históricas e políticas que atuaram nas relações complexas entre a sociedade e o Regime Autoritário. Tramas essas bastante evidenciadas nas páginas dos periódicos que se utilizavam de matizes diferenciados para aceitação do Regime, como destaca o historiador Daniel Aarão Reis: “A formação de um acordo de aceitação do Regime existe pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência.”<sup>2</sup>.

A presente pesquisa busca ampliar as perspectivas sobre o tema, partindo do princípio de que muitas reflexões são feitas sobre ele, porém, restringem-se aos jornais pertencentes ao Rio de Janeiro e São Paulo. Partindo deste pressuposto, pretende-se compreender a atuação da imprensa piauiense a partir do Jornal O Dia, buscando analisar as narrativas pautadas nos consentimentos e atritos em relação à Ditadura, pois o noticiário se constitui como importante instrumento de produção de memória e foi atuante durante o período de legitimação do Regime Militar no Estado do Piauí. Ter a imprensa como fonte e objeto de estudo traz à tona aspectos da construção da escrita histórica em uma estrutura clara a qual Gagnebin nos conduz:

[...] A história é sempre, simultaneamente, narrativa (as histórias inumeráveis que a compõem; Erzählung, em alemão) e processo real (seqüência das ações humanas em particular; Geschichte), que a história como disciplina remete sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem e, sobretudo, da narração.<sup>3</sup>

A escolha deste periódico resulta de causas fundamentais. Em primeiro lugar, o mesmo destaca-se por fazer parte da “Grande Imprensa”, que, de acordo com Maria Aparecida de Aquino, se caracteriza por: “Órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência.”<sup>4</sup>. O periódico

---

<sup>2</sup> REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2. p. 387.

<sup>3</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 43.

<sup>4</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 37.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

se destaca pelo recebimento de verbas publicitárias e pelo alcance expressivo quando se remete ao público leitor. Em segundo lugar, a vinculação partidária do proprietário do jornal *O Dia* evidencia tratar-se de um jornal marcado pela defesa partidária. Este pleiteou o cargo de deputado estadual pelo partido PSD e atuou de maneira ostensiva na prisão de manifestantes que participavam da Frente de Mobilização Popular, que era um movimento comandado pelo deputado Sérgio Magalhães, favorável às Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart e que se destacou na greve dos policiais militares, ocorrida no dia 20 de agosto de 1964, que ficou conhecida como “Passeata da Fome”:

Petrônio Portella [...] mandou soldados e armas, sob a coordenação do oficial Francisco Batista Torres de Melo, para abafar a rebelião e dirigir a Polícia Militar até que tudo se normalizasse. Mas quem o ajudou, mais uma vez, foi o coronel Octávio Miranda, que juntou soldados do 25 BC, montou guarda no Palácio de Karnak e prendeu, em seguida, os cabeças do movimento<sup>5</sup>.

O simbolismo presente na atuação do proprietário do jornal, descrito na citação acima, nos ajuda a compreender as questões defendidas no contexto ditatorial, articulações políticas que permanentemente são construídas pelos produtores do jornal, que fazem propaganda das “conquistas” da “Revolução de 1964”. Desta forma, não se trata de entender a imprensa como uma fonte de pesquisa que se caracteriza apenas como instrumento de informação, onde se extrai visões de acontecimentos pontuais. Trata-se de pensar nas correlações de forças e em processos de disputa que fazem dela uma força ativa da sociedade e um instrumento de memória, tal como destaca João Teófilo: “A memória também é responsável por intervir na fabricação da opinião a partir da influência exercida pelas representações dominantes do passado, processo que pode ser amplificado pela mídia.”<sup>6</sup>

## **Nas entrelinhas da informação: a imprensa como fonte e objeto**

---

<sup>5</sup> KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal (Coordenação de Edições Técnicas), 2018. p. 23.

<sup>6</sup> SILVA, João Batista Teófilo. *Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e Ditadura Militar*. Curitiba: Appris, 2019. p. 46.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No decorrer da formação acadêmica, a História nos transparece uma infinidade de possibilidades enquanto aprendizes, desvendando caminhos em dimensões espaço-tempo e estampando sua principal motivação: o homem. Marc Bloch ilustrou de maneira suntuosa esta afirmação: “Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos [...] são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição.”<sup>7</sup> Pautado nessa perspectiva, é importante ressaltar como a cultura política é um imprescindível campo de estudo da História, pois, por si só, como afirma Serge Berstein:

Revela um dos interesses mais importantes da História Cultural o de compreender as motivações dos atos humanos num determinado momento da História, por referência aos sistemas de valores, de normas, de crenças que compartilham em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade<sup>8</sup>.

Diante disto a imprensa se torna um espaço privilegiado para construção de narrativas e discursos, já que a mesma é um ator de destaque na vida política do país, que se sobressai indo além do caráter informativo, pois evidencia uma espécie de intermédio entre o governo e os cidadãos, destacando assim o fenômeno da opinião pública, que se torna protagonista na explicação sobre o estudo da História Política, uma vez que: “a História não consiste apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos.”<sup>9</sup> Como indica Robert Darnton, a imprensa atua ativamente nos diferentes processos históricos a qual está inserida: “é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que do registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vidas, perspectivas e consciência histórica.”<sup>10</sup> A imprensa deve ser pensada como um veículo além da simples exposição de acontecimentos cotidianos, ela deve ser analisada também como uma prática que está inserida na realidade social que modela formas de agir, define papéis sociais e faz direcionamentos sobre interpretações que a mesma pretende universalizar.

---

<sup>7</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54.

<sup>8</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 361.

<sup>9</sup> BLOCH, p. 55.

<sup>10</sup> ROCHE, Daniel; DARNTON, Robert. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Essa universalização se fez presente em manchetes nos dias que seguiram a deflagração do Golpe, no corrente dia 2 de abril, o Jornal O Dia trazia na primeira página o título “Brasil a caminho da paz”.<sup>11</sup> A intitulação ilustra bem a ideia de generalização presente no discurso. Essa ação se transfigura no papel central da imprensa como um personagem político, que diante do uso de termos como: “a nação”, “o país”, “o povo” e frases que impõem um sentido de coletividade, desenham uma trama discursiva que amplifica sua necessidade de afirmação, edificando um papel hegemônico no qual, seu ponto de vista, legitima uma identidade construída e ilustra sua imagem de formadora de opinião.

Essa concepção tece uma discussão sobre as produções de sentido das realidades sociais através dos discursos em textos escritos, evidenciando como as representações de determinados meios são construídas de acordo com os grupos que as forjam<sup>12</sup>. Como destaca Maria Helena Capelato: “A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução [...] deve-se considerar os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores.”<sup>13</sup> Esse aspecto se relaciona diretamente com os proprietários, editores e redatores dos jornais, pois tais grupos, enquanto forças sociais, propõem e orientam o projeto político do periódico.

Abrindo discussão sobre o *métier* do historiador, a pesquisa *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, tece caminhos que auxiliam na análise dos periódicos nas suas mais diversas funções, como um dos meios estratégicos e interdisciplinares para a compreensão da sociedade. O mesmo faz um paralelo sobre as perspectivas do trabalho do historiador quanto à análise das fontes, pois nos apresenta a imprensa não mais como uma fonte considerada suspeita, devido à perspectiva de que todo documento, não só a imprensa, “é também monumento”, pois nos remete aos campos das subjetividades e da intencionalidade, com o qual devemos lidar. Essa concepção traz à tona a discussão estabelecida por Paul Ricoeur, quanto a escrita e a análise documental de arquivos: O documento que dorme no

---

<sup>11</sup> BRASIL A CAMINHO DA PAZ. *O Dia*. Teresina, 2 abr. 1964, p.1.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: DIFEL, 1988. p. 22.

<sup>13</sup> CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; CAPES, 2015. p. 115.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

arquivo é não somente mudo, mas órfão [...] então submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência.<sup>14</sup>

## **Disputas em pauta: consentimentos e ambiguidades em nome da democracia**

Os jornais delineiam uma função informativa emaranhada de aspectos ideológicos. Nesse meio termo, eles desempenham princípios objetivos que fazem pensar a representação do real, se utilizando de mecanismos que lhes garantem confiabilidade e legitimidade como porta-vozes da sociedade, buscando representar o real à luz dos seus interesses. Essa ideia astuta de imparcialidade torna-se um mecanismo intensivo que opera na construção ideológica, desenhando “maneiras de crer” bem definidas, evidenciadas por Certeau: “Avançam camuflados em fatos, em dados e acontecimentos. Apresentam-se como mensageiros do real [...] criam assim a cena da sua lei. O real contado dita interminavelmente aquilo que se deve fazer.”<sup>15</sup> Assim, a imprensa se configura como força ativa da sociedade, não apenas como um registro de acontecimentos.

Os intensos discursos sobre as articulações políticas, tingiam as páginas do Jornal O Dia nos meses iniciais de 1964, as narrativas eram pautadas pela defesa da ordem, constituição e democracia. Em meados de março, poucos dias antes da deflagração do Golpe Civil-Militar, o então presidente em exercício João Goulart assinou o decreto SUPRA. Suas atribuições seriam marcadas pelas Reformas de Base, que foram responsáveis por fortes oposições ao governo, sobretudo pela elite agrária. Simplício de Souza Mendes, Presidente da Academia Piauiense de Letras, em sua coluna “Televisão”, pertencente ao Jornal O Dia, destacou o decreto SUPRA como um caminho para “invasão de terras”. O colunista emitiu seu texto intitulado-o “Papel da Imprensa”. Ao tentar esclarecer sua opinião sobre os acontecimentos recorrentes é perceptível que sua escrita é ponderada através de um sentido único para a cena política descrita, sem abrir espaço para outras opiniões:

Não desejamos analisar aqui o aspecto político do que foi feito a 13 do corrente, mas queremos salientar as consequências práticas que poderão advir da pregação subversiva de alguns oradores, inclusive o Deputado Leonel Brizola, e da repercussão que terá a assinatura do ato. Entendemos que cabe a imprensa papel preponderante de esclarecimento em torno do assunto, porque sem esse esclarecimento, muita coisa imprevisível poderá acontecer. A esta hora certos agregados estão absolutamente convictos que podem, agora mais do que nunca, lançar mão da propriedade alheia, ficando com a parte que lhe convier. Não será assim, evidentemente, mas o caboclo

---

<sup>14</sup> RICOUER, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.179.

<sup>15</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 260.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pensa que é, e há por aí a fora muito espírito mau capaz de aconselhar o rumo errado, para que a confusão se torne generalizada.<sup>16</sup>

Há diferentes questões a serem analisadas no trecho acima, a primeira refere-se à maneira como o jornal se auto institui um lugar de formação do leitor, através da afirmação de que o mesmo é “preponderante para o esclarecimento” da situação vivenciada, desenvolvendo uma retórica de sentido único, visualizando o leitor como um ser passivo ao que está sendo descrito, induzindo-o a ponderar sobre consequências que o próprio colunista afirma não ter certeza sobre o fato, como fica evidente no trecho sobre possíveis invasões: “A esta hora certos agregados estão absolutamente convictos que podem, agora mais do que nunca, lançar mão da propriedade alheia, ficando com a parte que lhe convier.”<sup>17</sup> O trecho em destaque apresenta certa repulsa em haver a possibilidade de habitantes do meio rural conseguirem a posse de propriedades ditas “privadas”, em seguida afirma que o camponês poderia não saber sobre o que se tratava o decreto e que “espíritos maus” poderiam o aconselhar erroneamente. Através da leitura do periódico é notório que palavras referente a subversão está lado a lado com o comunismo e esse discurso vai intensificando-se com o decorrer dos dias que se aproxima o Golpe.

Diante do que foi discutido acima, destaca-se as pretensões presentes na fabricação do discurso, que segundo Michel Foucault, está “longe de ser um elemento transparente e neutro.”<sup>18</sup> E nas discussões sobre a vida política é evidente o quanto tais construções estão relacionadas com desejo e poder: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, poder do qual nos queremos apoderar.”. Assim o Jornal O Dia, apesar de defender um posicionamento imparcial ao apurar os fatos, destaca-se através de uma linha editorial permeada por discursos anticomunista. No que se refere ao periódico, a historiadora Marylu Oliveira destaca: “Chegaram a tal nível que em 1964, em cada página do jornal existia nem que fosse uma pequena nota contra o comunismo [...] o golpe utilizou o discurso anticomunista para se legitimar e aqui no Piauí não foi diferente.”<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> PAPEL DA IMPRENSA. *O Dia*, Teresina, 15 mar. 1964, p.8.

<sup>17</sup> PAPEL DA IMPRENSA, 1964, p.8.

<sup>18</sup> FOUCAULT, MICHEL. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p.9

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Marylu. *Contra a foice e o martelo*. Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do Jornal O dia. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. 2007, p.63.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda na coluna “Televisão”, Simplicio Mendes desferia duras críticas a João Goulart, por muitas vezes atribuindo-o a acusação de “agitador comunista”. O jornal alertava a população sobre a infiltração comunista afirmando que o fato era devido o apoio do Governador do Estado Chagas Rodrigues, ele recebeu o apelido de “Juliãozinho do Piauí”<sup>20</sup>, fazendo alusão ao Deputado Francisco Julião que liderou politicamente o movimento das Ligas Camponesas no Engenho da Galileia em Pernambuco. Apesar de boa parte da população não saber do que se tratava o comunismo e não ter percebido a “infiltração” dele no Estado do Piauí, o jornal apresenta o relato de uma mulher, chamada Ana Paula, descrevendo seu apoio a deposição do presidente:

Quando foi agora, veio esta agitação imensa dominando o Brasil inteiro, de ponta a ponta, a gente fica em suspenso, mesmo sem saber o que estava se passando. Pessoas como eu – e são muitas – que não entendem de política, achavam que o Presidente João Goulart era – não digo o maior, mas um homem seguro do cargo. O apoio que ele tinha a gente pensava que era de quase todos. Foi quando veio àquela história de Minas Gerais, luta contra o governo, luta contra o comunismo, como toda mulher que professa a religião católica e tem filhos, sempre tive um medo doido do comunismo, mas sempre na esperança de que não chegaria, nunca, a tomar conta do Brasil: Com o levante de Minas passei a tomar gosto pelo assunto, ouvindo tudo até o fim. Os homens de bem uniram-se. As forças Armadas estavam do lado bom. A boa causa triunfou. E ficou provado novamente, que Deus é brasileiro. Bem, é isto que penso.<sup>21</sup>

Através da leitura do trecho acima, é perceptível que a interlocutora não acompanhava os acontecimentos políticos com frequência, o que fez que ela despertasse o interesse às questões políticas foram às notícias vinculadas ao levante de Minas, pela possível necessidade de derrotar o comunismo. Diante disso, é possível destacar o que Jean-Jacques Becker enfatiza sobre a crítica historiográfica referente a opinião pública: “uma história que tem como finalidade perceber, de maneira mais precisa [...] a atitude e o comportamento dos homens confrontados pelos acontecimentos.”<sup>22</sup> Outro aspecto que fica claro é que a interlocutora teve um contato maior com o discurso dos “vencedores” do movimento, que foi quando ela passou a “tomar gosto” pelo assunto, afirmando que estava ao lado deles pela defesa da família e de sua religião, diante disso ela acredita que a legitimidade do golpe estava presente pela luta contra o comunismo.

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Marylu, 2007, p.63.

<sup>21</sup> PAULA, Ana. Dizendo o que penso. *O Dia*. Teresina, 4 abr. 1964, p.7.

<sup>22</sup> BECKER, Jean Jacques. Opinião Pública. In: RÉMOND, RENÉ, *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, P.186.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O cunho religioso era representado no Jornal O Dia constantemente, o que se destaca no convite exposto na primeira página do periódico para a participação de dois eventos expressivos: a Missa de Ação de Graças pela Democracia e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade: “PIAUIENSE! Não se omita. Participe da Marcha da Família com Deus pela Liberdade”<sup>23</sup>. O segundo evento caracterizava-se como uma comemoração, já que o convite foi feito dia 11 de abril de 1964, exatos onze dias após a deflagração do Golpe, e a primeira marcha aconteceu em São Paulo no dia 19 de março de 1964 em resposta ao Comício da Central do Brasil. Esse aspecto aliado ao apelo religioso relaciona-se com a tentativa de reforçar um pertencimento e coalização de grupos no qual Michael Pollak descreve como enquadramento da memória:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos, [...] mas também as oposições irreduzíveis.<sup>24</sup>

Neste sentido, o jornal em si é considerado um espaço privilegiado de construção de memória, nas suas narrativas estão presentes a tentativa de forjar protagonistas e antagonistas no seio dos acontecimentos. Uma evidência que elucida essa questão se inscreve na edição do primeiro Ato Institucional, a qual o jornal O Dia, dedicou a primeira página para destacar as consequências do AI-1. A matéria dedicou uma espaço de afirmação que o Ato foi necessário para evitar a “bolchevização” do país, destacando que o único motivo para que ele fosse instituído seria para salvar a nação: “A fim de que possa [...] tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja a purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas dependências administrativas.”<sup>25</sup>. É importante destacar a associação que periódico atribui ao comunismo, como se fosse uma enfermidade que precisava se erradicada e para isso precisava de medidas estabelecidas pelo AI-1, ainda que fosse a perda de mandados e de direitos políticos por 10 anos de agentes públicos que estiveram até então frente ao cenário político do período, Júlio Prestes, João Goulart, Leonel Brizzola e Jânio Quadros.

---

<sup>23</sup> PIAUIENSE! Não se omita. *O Dia*. Teresina, 11 abr. 1964, p.1.

<sup>24</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.9.

<sup>25</sup> PERDA de direitos e mandatos. *O Dia*. Teresina, 11 abr. 1964, p.1.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Durante a pesquisa por políticos ou por pessoas sem cargos relacionados à vida pública que foram atingidas de alguma forma pelos Atos Institucionais, uma produção do historiador Francisco Alcides do Nascimento, destacou que o então Governador do Estado do Piauí, Petrônio Portella, estava sob ameaça da Guarnição Federal de Teresina e foi graças aos contatos que o mesmo mantinha que impediu a perda do mandato. O acontecimento foi ilustrado pelo relato de um dos presos políticos do Regime, a qual não teve seu nome revelado:

Na primeira semana daquele mês procurei duas pessoas importantes, para mim, o Governador Petrônio Portela, para saber sua posição face ao Golpe e colocar-me à sua disposição, e o meu bispo, Dom Avelar [...] Petrônio de cuja amizade pessoal sempre me honrei, mandou-me ir para casa, pois não havia nada a ser feito, ele próprio estava com dois coronéis em seu gabinete. Não o prenderam graças à argumentação dos ex-governadores Pedro Freitas e General Gayoso, do irmão deste, também General reformado, e do Coronel Façanha, comandante da Guarnição do Exército, em Teresina, conforme informações posteriores

O que chama a atenção, é que após sofrer represálias pela sua posição a favor do presidente deposto João Goulart, após a instauração do segundo Ato Institucional, que pôs fim ao pluripartidarismo estabelecendo como únicos partidos dentro da legalidade ARENA E MDB, Petrônio Portella ingressara na Aliança Renovadora. Durante a década de 1970 havia uma forte divergência política com outro membro do mesmo partido, Alberto Silva, a ideia de harmonia que exigia o governo central que: “recusava qualquer ideia de confronto entre membros de seu partido. Mesmo assim, embora mensagem governamental pretenda demonstrar clima de normalidade dentro do seu partido não consegue esconder as disputas existentes entre Silva e Portella.”<sup>26</sup> Essas divergências resultavam de diferentes razões, Petrônio Portella fazia parte da elite política da época, aliado da família Freitas e Gayosos, o que divergia dos posicionamentos proferidos por Alberto Silva para ganhar notoriedade em meio à sociedade piauiense, afirmando ser oponente dessa elite tradicional:

Na perspectiva dos aliados de Alberto Tavares Silva um dos elementos que relacionaram as suas ações diretamente ao caráter modernizador do Estado do Piauí derivava, inicialmente do fato de ele não pertencer aos grupos majoritários e tradicionais da política local, ao se assumir como novo em oposição ao antigo no cenário local.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015, p.102.

<sup>27</sup> FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Um engenheiro na e da política: projeções de si e ressonâncias na história. *MÉTIS: história & cultura* v.15, n.30, 2016, p.111-127.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Apesar do que era dito no discurso de aliados e do próprio governador, a historiadora Cláudia Fontineles, destaca que sua indicação pelos militares ao governo do Estado do Piauí se deu pela sua trajetória profissional em outros estados como, Ceará e Rio de Janeiro, onde Alberto Silva construiu uma rede de aliados que o apoiou em sua trajetória política. “As fontes consultadas informam que ele recebeu indicação direta [...] homens de poder e prestígio aos olhos do comando do Exército nacional, que ocuparam diferentes cargos durante o regime militar e que deram o aval ao seu nome para que assumisse o governo piauiense.”<sup>28</sup>

Retomando a discussão sobre as ambiguidades presentes nas matérias, é importante ressaltar as variações das narrativas, o periódico autodefinia-se defensor da democracia, disseminando nas páginas do caderno convites da Guarnição Federal de Teresina para a população ir às ruas em apoio aos militares, sobretudo a participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. O periódico associava as convocações um exemplo de convite à democracia devido a participação popular. Contudo, tal posicionamento apresenta divergência quando a mesma Guarnição proibia de maneira ostensiva a participação de cidadãos em manifestações públicas em oposição aos militares, afirmando que aglomerações nesse sentido levariam a repressões enérgicas ao que fosse considerado subversivo: “Nesse sentido, a Guarnição recomenda a todos indistintamente que se abstenham de participar de qualquer pronunciamento ou manifestação que por ventura venham perturbar o clima de tranquilidade, ora reinante na capital, os quais serão enérgica e prontamente reprimidos.”<sup>29</sup>

## **Considerações finais**

Os jornais delineiam uma função informativa emaranhada de aspectos ideológicos, nesse meio termo, os mesmos desempenham princípios objetivos que fazem pensar a representação do real, mas se utilizam de mecanismos que lhes garantem confiabilidade e legitimidade como porta-vozes da sociedade para representar o real à luz dos seus interesses. Essa ideia astuta de imparcialidade se torna um mecanismo intensivo que opera na construção ideológica por meio dos jornais desenhando “maneiras de crer” bem definidas, assim a Imprensa se configura como uma força ativa da sociedade, não apenas como um registro de acontecimentos. Através da análise de diferentes discursos apresentados em diferentes datas e

---

<sup>28</sup> FONTINELES, p.111-127.

<sup>29</sup> NOTA À IMPRENSA. *O Dia*. Teresina, 2 abr. 1964, p.1.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acontecimentos do Jornal analisado foi possível observar como os discursos apresentados, buscavam legitimidade para a consolidação de determinadas ações que se desdobraram em um golpe e futuramente em uma ditadura.

Através da problematização sobre a imprensa piauiense é importante destacar a disseminação e variações dos discursos anticomunistas durante o Golpe civil-militar de 1964, onde o mesmo afirmava-se defensor da nação e da democracia, difundindo nas páginas do editorial pedidos da Guarnição Federal de Teresina para a convocação dos civis para o apoio aos militares. Também foi possível analisar como as crônicas dos jornais associam o comunismo às misérias e aos atrasos, atribuindo ao mesmo o estigma de anticlerical, o que favorecia ainda mais as estruturas sociais conservadoras e intolerantes de um país em que a população mais pobre se apegava a religião à espera de uma ajuda divina para mudar sua situação.

## REFERÊNCIAS

## FONTES

BRASIL A CAMINHO DA PAZ. *O Dia*. Teresina, 2 abr. 1964  
NOTA À IMPRENSA. *O Dia*. Teresina, 2 abr. 1964.  
PAPEL DA IMPRENSA. *O Dia*, Teresina, 15 mar. 1964.  
PAULA, Ana. Dizendo o que penso. *O Dia*. Teresina, 4 abr. 1964.  
PERDA de direitos e mandatos. *O Dia*. Teresina, 11 abr. 1964.  
PIAUIENSE! Não se omita. *O Dia*. Teresina, 11 abr. 1964.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999

BECKER, Jean Jacques. Opinião Pública. In: RÉMOND, RENÉ, *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; CAPES, 2015

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

FOUCAULT, MICHEL. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal (Coordenação de Edições Técnicas), 2018

OLIVEIRA, Marylu. *Contra a foice e o martelo. Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do Jornal O dia*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. 2007

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RICOUER, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHE, Daniel; DARNTON, Robert. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

SILVA, João Batista Teófilo. *Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e Ditadura Militar*. Curitiba: Appris, 2019.